



A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, UMA POSIÇÃO DISCURSIVA NATURALISTA E OS VERBETES “MESTRE-CUCA”, “DONA-DE-CASA” E “MERETRIZ”

Gabriella de Macedo Pires Pereira¹

Kaya Araújo Pereira²

A partir do encontro entre a Análise do Discurso materialista e a História das Ideias Linguísticas (Auroux, 1992; Nunes, 2008), este trabalho parte de uma inquietude em relação aos verbetes "mestre-cuca", "dona-de-casa" e "meretriz", no Novo Dicionário da Língua Portuguesa (Ferreira, 1975) e propõe analisá-los, tendo como hipótese que a ideologia que garante a reprodução da divisão sexual do trabalho pode vir a se inscrever discursivamente nos verbetes (cf. Pereira, no prelo; Pereira, 2024).

De acordo com base teórica mencionada, os dicionários são entendidos como objetos discursivos, construídos na relação com a história e a sociedade (Auroux, 1992; Nunes, 2008). Acrescenta-se à fundamentação teórica o debate sobre a divisão sexual do trabalho. Conforme abordagem do Dicionário Crítico do Feminismo (2009), historicamente, as condições vividas por homens e mulheres não se igualam, à medida que uma divisão do trabalho delega às mulheres, e em certa medida também aos homens, determinados papéis sociais e profissões. Especificamente no verbete “Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo”, o Dicionário Crítico do Feminismo (2009) menciona a existência de duas vertentes.

Trata-se, primeiramente, da existência de uma ideologia naturalista (Kergoat, 2009, p. 68), que reduz as práticas sociais a “papéis sociais”, de acordo com um suposto destino natural da espécie. Essa vertente se organiza por meio de dois princípios: a hierarquização e a separação. Pela noção de hierarquização, entende-se que o trabalho do homem tem maior valor que o trabalho da mulher; pela separação, tem lugar o imaginário de que existem trabalhos de homens e de mulheres. Por outro lado, contrariamente a uma ideologia naturalista, de cunho determinista, conforme denomina Kergoat (2009, p. 68), a teorização da divisão sexual do trabalho compreende que essas desigualdades são construções sociais e, portanto, resultam das relações sociais (Kergoat, 2009, p. 67-75).

Ainda no que diz respeito à distribuição desigual de homens e mulheres no mercado de trabalho, vale mencionar o Dicionário Feminista Brasileiro (2022), obra também fundamental para os estudos propostos. No verbete “Divisão sexual do trabalho”, Corrêa (2022, p. 146) estabelece uma importante associação entre o conceito de divisão sexual do trabalho e o conceito de segregação horizontal feminina no meio ambiente de trabalho:

¹ Mestranda em Estudos de Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Doutoranda em Estudos de Linguagem no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF).



O conceito de divisão sexual do trabalho complementa-se, em relação simbiótica, com o conceito de segregação horizontal feminina no ambiente de trabalho, que é condição que leva a **uma concentração maior de mão de obra feminina em certos tipos de trabalho — ocupações que possuem identificação com serviços domésticos**, como cozinheiras, costureiras, secretárias etc., **em detrimento de outros — científicos, ligados à engenharia e à mecânica, por exemplo** (Corrêa, 2022, p. 146, grifos nossos).

Em diálogo com o Dicionário Crítico do Feminismo (2009), o Dicionário Feminista Brasileiro (2022) também aborda a noção de que são associados às mulheres supostos “atributos inatos”, que consistem em bases para a fundamentação da divisão sexual do trabalho. Corrêa (2022, p. 147) explica que historicamente atribuiu-se aos homens “a virtude da razão, do cálculo e do pensamento”, enquanto, para as mulheres, a associação se deu com as noções de “sensualidade e emoção”, fundamentando e aprofundando as desigualdades que muito se pautam nessa oposição entre mente e corpo. Haveria, portanto, uma “ideologia naturalista” (Kergoat, 2009, p. 68), a que denominaremos uma posição discursiva naturalista, que produz como evidência: qualidades femininas inatas, ligadas ao espaço privado; qualidades masculinas oriundas de diplomas e qualificações, ligadas ao espaço público.

Compreendida a base teórica, passamos ao gesto de leitura dos verbetes. O primeiro verbe do *corpus* sob análise é “mestre-cuca”:

Mestre-cuca. [De mestre + cucal.] S. m. Pop. e fam. Cozinheiro: “Nem troco o bom e saudável tempero de muita dona de casa pelos virtuosismos culinários do mais hábil mestre-cuca .” (Eduardo Frieiro, Feijão, Angu e Couve, p. 23.) [F. paral.: mestre-cuco. F. red.: cuca, cuco. Pl.: mestres-cucas.] (Ferreira, 1975, p. 916).

Conforme Nunes (2008, p. 117), “os exemplos, quando introduzidos no dicionário, são talvez a marca mais visível de sua ideologia”. Em nosso gesto de leitura, apesar da aparente comparação entre o trabalho da dona de casa e o do trabalho do mestre-cuca, efetua-se uma separação dos discursos: os sentidos de comida da dona de casa estão em relação à saúde, àquilo que apraz (“bom e saudável tempero”), e do mestre-cuca, em relação a uma (falta de) habilidade, a um esforço (“virtuosismos culinários”).

Portanto, apesar de circularem sentidos de prestígio quanto à atividade praticada pela mulher, já que se lança um elogio ao seu “bom e saudável tempero”, há que se observar uma referência restritiva ao campo do cuidado e da saúde, e, ainda, que esse prestígio é especificamente atribuído à mulher no espaço do lar, e, portanto, circunscrita ao espaço privado. Por outro lado, no mesmo exemplo, há destaque para o “virtuosismo culinário” do homem mestre-cuca, em uma referência às habilidades profissionais daquele que circula pelos espaços públicos.

Em busca de aprofundar a investigação sobre a relação entre o espaço público e o espaço privado, o segundo verbe do *corpus* sob análise é “dona-de-casa”: **“Dona-de-casa.** Mulher que dirige e/ou administra o lar” (Ferreira, 1975, p. 490). Aparentemente, o verbe relaciona nome de sujeito (“mulher”), atributo (“que dirige e/ou administra”) e espaço (“o lar”) (Ferreira, 1975, p. 490). Em uma organização social e política pautada na dominação masculina, também compõe o debate sobre a “dona-de-casa” e o “lar” a já mencionada distinção entre as esferas pública e privada.



Com base em um postulado natural de superioridade dos homens, há não só uma divisão sexual do trabalho, mas também dos espaços e poderes, em que as mulheres não são compreendidas enquanto sujeito político, e, portanto, não podem usufruir do direito à igualdade (Varikas, 2009, p. 117-118). Lamoureux (2009, p. 209), ao tratar da distinção público/privado, menciona a origem grega de tal distinção e explica que, em Aristóteles, ela reproduz algumas dicotomias: necessidade e liberdade, relações políticas e relações naturais. Nesse sentido, “ser livre era, em primeiro lugar e sobretudo, libertar-se das necessidades da existência, tendo a possibilidade de encarregar disso outras pessoas que não a si próprio, ou seja, mulheres e escravos” (Lamoureux, 2009, p. 209).

Além disso, a autora aponta as elaboradas formulações de pensadores dos séculos XVIII e XIX, por exemplo, acerca da divisão entre as esferas pública e privada e a reprodução dos papéis sociais de sexo. Tais formulações funcionaram de modo a reforçar a interdição das mulheres ao espaço político, já que elas estariam destinadas, naturalmente, ao espaço privado, da instituição família. Enquanto o homem público é alvo de admiração, a mulher pública é alvo de escárnio (Lamoureux, 2009, p. 211) e tem seus direitos violados, já que qualquer comportamento transgressivo da mulher, por desestabilizar a dominação masculina, pode ser estigmatizado ou refreado.

Nesse sentido, a relação imaginária com o público e o privado colocada no verbete “dona-de-casa” também pode ser analisada no verbete “meretriz”: “**Meretriz**: Mulher que pratica o ato sexual por dinheiro; mulher pública [...]” (Ferreira, 1975, p. 913). Após esse trecho do verbete, há dezenas de palavras e expressões estabelecidas como sinônimos de “meretriz” por Ferreira (1975, p. 913), que serão objeto de análise posterior. Em suma, inscreve-se aí uma distinta relação de trabalho: a meretriz trabalha “por dinheiro”, já a dona-de-casa o faz em troca de nada.

Neste ponto, a noção de posição-sujeito no discurso é fundamental, uma vez que, no contexto sócio-histórico brasileiro, mulheres brancas, negras, indígenas e migrantes, por exemplo, se projetarão, no discurso, a partir de diferentes lugares da formação social brasileira. Assim, as especificidades históricas são muito relevantes para a compreensão das condições de produção dos discursos, no que se refere às mulheres, que certamente não são entendidas como uma categoria universal. Tudo isto nos serve para questionar quem era a mulher meretriz e quem era a mulher dona-de-casa.

Quanto à “mulher pública” e os sentidos produzidos no Brasil, é preciso considerar as especificidades do país no que diz respeito a uma história da colonização e à escravização das mulheres negras que suscita, nas redes de dizeres, uma memória discursiva ainda circulante. Assim, conforme explica Terra (2022, p. 424-425), devemos considerar que, além das desigualdades de gênero que se reproduzem no mercado de trabalho brasileiro, também estão presentes as opressões de classe, raça, etnia, sexualidade, nacionalidade etc. A autora destaca, ainda, a forma como mulheres brancas e negras passaram a ocupar o espaço público, explicando que, enquanto mulheres brancas reivindicavam a ocupação de espaços públicos e o direito de trabalhar, mulheres negras já haviam sido lançadas ao espaço público em um contexto de exploração, objetificação e precarização. Há que se acrescentar que, no contexto de uma sociedade escravocrata



brasileira, a violência sexual contra mulheres negras escravizadas era estrutural e consistia em um instrumento de dominação e opressão, que já indicava uma forma de publicização do corpo negro feminino.

Terra (2022, p. 424-425) faz referência à Angela Davis (2016) para apontar que não se podem ignorar as interseccionalidades no contexto de reivindicação das pautas:

Nesse sentido, isso é importante de ser destacado pois como Davis aponta, enquanto as mulheres brancas reivindicavam pelo direito de trabalhar fora de casa, **as mulheres negras já estavam inseridas nesse contexto e sem qualquer proteção jurídica**. Sendo assim, para elas, sofrendo as consequências da escravidão e do racismo, o importante eram melhores condições de emprego e não o direito de trabalhar fora de suas casas, pois essas já trabalhavam e sem ter qualquer respaldo jurídico, relegadas à informalidade e à precariedade (Terra, 2022, p. 424-425, grifos nossos).

Diante de todo o exposto, considera-se que uma posição discursiva naturalista, na sua relação com a ideologia da divisão sexual do trabalho, se inscreve discursivamente nos verbetes através de separação/hierarquização entre os sentidos do trabalho do homem e da mulher.

Nesse processo, determinadas mulheres ficam circunscritas ao trabalho privado, de cuidado, gratuito, pois, nessa rede de sentidos, os atributos necessários para o exercício da atividade derivariam de qualidades inatas/naturais. Por outro lado, também as mulheres são lançadas ao trabalho público, sexual, pago. Este sim constantemente reprimido pelo Estado, justamente, por se tratar de um trabalho da mulher voltado para o espaço público, para o sexo, com uma contrapartida financeira.

É fundamental apontar, sobretudo no que se refere ao mercado de trabalho e à ocupação dos espaços público e privado, que há diferentes impactos no contexto sócio-histórico brasileiro quando tratamos, por exemplo, de mulheres brancas, negras, indígenas, asiáticas, migrantes etc., já que a formação social brasileira, que é também patriarcal e racista, se estrutura de forma a hierarquizar não só a divisão do trabalho entre homens e mulheres, mas solidifica, dentro do feminino, uma divisão interna que privilegia e coloca à margem diferentes grupos de mulheres, pautada sobretudo por questões de classe e raça. Desse modo, vale mencionar Gonzales (1984) ao citar June E. Hahner (1978):

[...] a escrava de cor criou para a mulher branca das casas grandes e das menores, condições de vida amena, fácil e da maior parte das vezes ociosa. Cozinhava, lavava, passava a ferro, esfregava de joelhos o chão das salas e dos quartos, cuidava dos filhos da senhora e satisfazia as exigências do senhor. Tinha seus próprios filhos, o dever e a fatal solidariedade de amparar seu companheiro, de sofrer com os outros escravos da senzala e do éito e de submeter-se aos castigos corporais que lhe eram, pessoalmente, destinados. [...] O amor para a escrava [...] tinha aspectos de verdadeiro pesadelo. As incursões desaforadas e aviltantes do senhor, filhos e parentes pelas senzalas, a desfaçatez dos padres a quem as Ordenações Filipinas, com seus castigos pecuniários e degredo para a África, não intimidavam nem os fazia desistir dos concubinatos e mancebias com as escravas (Hahner, 1978 *apud* Gonzales, 1984, p. 229).

Portanto, no que diz respeito aos sentidos produzidos para “dona-de-casa” em relação à “mestrecuca”, principalmente com foco na ausência de remuneração para o trabalho praticado por mulheres no espaço privado, é interessante mencionar Federici (2021, p.33), quando afirma que a mão de obra feminina



não remunerada é condição de possibilidade para o desenvolvimento capitalista. A autora acrescenta que a família consiste na institucionalização desse trabalho não assalariado, bem como da dependência financeira e, portanto, a família institucionaliza também uma divisão no interior da classe trabalhadora que também funciona disciplinando os homens. Isso porque a manutenção das mulheres na condição de não assalariadas consequentemente mantém os homens presos a seus empregos, e os impossibilita também de solicitar alterações de escalas que permitissem, por exemplo, se envolver, proporcionalmente às mulheres, no cuidado dos filhos (Federici, 2021, p. 33).

Por fim, é importante dar destaque ao contraste mencionado no verbete “meretriz”, quando associa o trabalho da dona de casa à ausência de remuneração (“a troco de nada”) e o trabalho da meretriz (este sim pago). Tal formulação, em uma relação de contraste com o trabalho sexual remunerado, reproduz sentidos de uma posição discursiva naturalista na qual o trabalho doméstico é constantemente associado ao amor e à natureza feminina. Além disso, a distinção entre os trabalhos retoma sentidos acerca do valor do trabalho feminino, inscrevendo-se em uma rede de dizeres na qual se evidenciam determinados moldes para o feminino com base em uma sociedade patriarcal, bem como fazem circular dizeres moralizantes acerca do corpo feminino que, uma vez que pratica ato sexual com contrapartida financeira, é imaginado como um corpo público, um corpo que pode ser alvo de escárnio, que, nessa rede de sentidos, pode ter seus direitos violados.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1992] 2014.
- CORRÊA, Ana Paula Lasmar. Divisão sexual do trabalho. In: TERRA, Bibiana (org.). **Dicionário Feminista Brasileiro**: conceitos para a compreensão dos feminismos. São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo (vol. 1). Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1975.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.
- KERGOAT, Prisca; PICOT, Geneviève; LADA, Emmanuelle. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 159-167.
- LAMOUREUX, Diane. Público/privado. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009. p. 208-213.
- NUNES, José Horta. Uma articulação da Análise de Discurso com a História das Ideias Linguísticas. **Letras**, [S. l.], n. 37, p. 107-124, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982>. Acesso em: 27 maio 2025.
- PEREIRA, Gabriella de Macedo Pires. **Mulheres e trabalho**: as profissões nos verbetes de dicionários dos séculos XIX, XX e XXI, no prelo.



PEREIRA, Kaya Araújo. **Arquivo de pajubá (1977-1989):** discursos sobre língua(s) e porvir pedagógico. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2024.

VARIKAS, Eleni. Igualdade. *In:* HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène, SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 116-122.